



A PESQUISA PARTICIPANTE E A PARTICIPAÇÃO DA PESQUISA: UM OLHAR ENTRE TEMPOS E ESPAÇOS A PARTIR DA AMÉRICA LATINA¹

Carlos Rodrigues Brandão²

RESUMO: Reconhecemos que a *pesquisa participante* existiu no passado e existe hoje em dia a partir de diferentes *tradições*. Reconhecemos a gestação de uma “*tradição latino-americana*”, a partir das experiências pioneiras de Orlando Fals Borda e de Paulo Freire. Esta tradição da *pesquisa participante* somente pode ser compreendida em suas origens e em sua atualidade, quando referenciada aos contextos sociais e políticos dos tempos de sua instauração na América Latina, entre os anos 70 e 80. Ela aproveitou bastante das tradições europeia e norte-americana, mas possui características peculiares, a começar pela sua vinculação histórica com os movimentos sociais populares e com os seus projetos de transformação social emancipatória. Alguns princípios de convergência entre estilos diferentes são aqui apresentados e discutidos.

PALAVRAS-CHAVE: Pesquisa Participante; Participação; América Latina

1. Os cenários sociais de origem da tradição latino-americana da pesquisa participante

Tal como vemos acontecer nos dias de hoje com o surgimento de propostas de paradigmas emergentes a respeito da construção de conhecimentos através de práticas científicas, acreditamos que a experiência múltipla e diferenciada a que, de modo geral, damos o nome de *pesquisa participante*, surge mais ou menos ao mesmo tempo em diferentes lugares, origina-se de diversas práticas sociais, articula diferentes fundamentos teóricos e alternativas metodológicas e destina-se a finalidades desiguais.

¹ Este artigo faz parte da doação que Carlos Rodrigues Brandão fez para um grupo de amigas e amigos, que ele chamou de “guardiãs/guardiões” de sua “herança escrita”. Com a devida autorização, passaremos a publicar alguns acervos do educador enviados por e-mail. Dada a impossibilidade de revisar, publicamos como Brandão nos enviou. Como ele disse, certa vez, em mensagem enviada em 21/08/21: “Em geral (as revisoras) não sabem o que fazer com os meus escritos. E elas têm razão... se for o caso, (usem) a nota *revisão impossível, escritor incorrigível*.”

² Carlos Rodrigues Brandão: mestre em antropologia social pela UnB, doutor em Ciências Sociais pela USP e livre-docente pela Unicamp. Ao longo de sua vida, lecionou em 12 universidades do Brasil e da Europa. Desde 1963, trabalha como educador popular. É autor de vários livros nas áreas de antropologia social, educação, questões ambientais e literatura. Dedicou-se também ativamente ao ambientalismo e à educação ambiental. Bacharel em Psicologia e Psicólogo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1965). Aposentou-se da Unicamp em 1997. Realizou estudos de pós-doutorado em antropologia junto à Universidade de Perúgia e à Universidade de Santiago de Compostela. Foi professor emérito da Universidade Federal de Uberlândia e da Unicamp. Faleceu em 2023.



Alguns estudiosos do tema costumam rastrear uma das origens da *pesquisa participante* nos estudos de Kurt Lewin e de outros cientistas sociais nos Estados Unidos da América ou na Europa. Via de regra, tais estudos e pesquisas dirigiam-se a uma compreensão mais dinâmica, integrada e operativa do campo social às suas aplicações no aprimoramento das relações de atores culturais envolvidos em experiências de ação agenciada em favor de algum tipo de mudança ou desenvolvimento social com vistas à melhoria de um ou vários indicadores de qualidade de vida.

Outras pessoas preferem associar a *pesquisa participante* aos trabalhos realizados ao redor da enquete operária de Karl Marx, reconhecendo em seu procedimento uma estratégia para o acesso de pessoas e grupos das classes populares a instrumentos confiáveis de conhecimento científico a respeito da realidade social. Se colocarmos de um lado palavras como: atores sociais, conformidade, participação, mudança, desenvolvimento social e, de outro, palavras como: classes sociais, conflito, mobilização, transformação, revolução social, talvez tenhamos as áreas de fronteira dos limites entre uma tendência de origem e a outra.

Assim, em um ensaio de Anthon de Schutter e Boris Yopo, encontramos em duas passagens próximas, estas referências.

Budd Hall (1981) em sua análise das origens das experiências pioneiras, que contribuem a fundamentar a Investigação Participativa, menciona a entrevista estruturada “L’enquete Ouvriere”, com trabalhadores industriais franceses, de Marx.

Outros sociólogos importantes para a fundamentação teórica da Investigação Participativa, desde o ponto de vista sociológico são: Bourdieu, Touraine, Lefebvre, Wright Mills. Contribuições relevantes na psicologia são: a obra de Adorno sobre o fascismo; de Fromm sobre o autoritarismo e democracia; e deve-se destacar os aportes de Carl Rogers, em relação à educação e a participação de George Mead sobre a socialização; de Lewin sobre a teoria de campo. (DE SCHUTTER & YOPO, 1983, p.59-60).

Muito embora os nomes de Marx e de Lewin sejam os mais citados à esquerda e à direita, quando se trata de traçar fontes pioneiras da *pesquisa participante*, não é raro que todo um conjunto de cientistas sociais, de educadores e de psicólogos, criadores ou integrantes de alternativas de pesquisa e/ou de trabalhos pedagógicos e/ou sociais, com foco sobre uma participação mais ativa e algo mais crítica e criativa dos atores envolvidos, sejam lembrados como cocriadores dos fundamentos. Ainda



que se reconheça que em boa medida as diferentes experiências da *pesquisa participante* surgem ao Norte e, sobretudo, ao Sul do Equador, à margem das universidades, e como uma reação ao tipo de abordagens científicas da questão social nelas praticada, na maior parte dos casos são cenários e sujeitos do mundo acadêmico os lembrados como seus criadores próximos ou remotos.

Na América Latina, os praticantes mais conhecidos da *pesquisa participante* desde os seus começos se reconhecerá herdeira bem mais de Karl Marx do que de Kurt Lewin e mais de Antônio Gramsci do que de Carl Rogers. Depois de apontarem as duas vertentes pioneiras na primeira origem da *pesquisa participante*, Libertad Hernández Landa e Luís Gabarrón trazem o testemunho de um cientista social europeu, no exato momento em que ele inverte o sentido tradicionalmente dado à vocação acadêmica da ciência. Serge Moscovici, lembrado por Gabarrón e Landa (1994, p.79), afirma que: “quando a Psicologia Social começar a ser perigosa, começará então a ser uma ciência”.

Conhecendo ou não está afirmativa, Paulo Freire, Orlando Fals Borda e outros educadores e cientistas sociais na América Latina irão lembrá-la em muitas ocasiões. Irão repeti-la e reinventá-la, para defender um dos princípios mais consensuais da *pesquisa participante* na tradição latino-americana: a ideia de que a ciência nunca é neutra e nem objetiva, sobretudo, quando pretende erigir-se como uma prática objetiva e neutra.

A consequência deste ponto de partida da *pesquisa participante* é o de que a confiabilidade de uma ciência não está tanto no rigor positivo de seu pensamento, mas na contribuição de sua prática na procura coletiva de conhecimentos que tornem o ser humano não apenas mais instruído e mais sábio, mas igualmente mais justo, livre, crítico, criativo, participativo, corresponsável e solidário. Toda a ciência social, de um modo ou de outro, deveria servir à política emancipatória e deveria participar da criação de éticas fundadoras de princípios de justiça social e de fraternidade humana.

Quando se recorda o surgimento das investigações sociais de estilo participativo, algumas vezes a narrativa dos “primeiros tempos” aparece isolada de seus contextos sociais de origem, quando eles não são descritos de uma forma vaga e alheia a alguns acontecimentos tão essenciais quanto esquecidos. Devemos lembrar que as primeiras experiências sociais de vocação participativa surgem em um



tempo histórico em que se renovam e multiplicam sistemas teóricos de crítica do presente, associados a uma não raro esperançosa proposta de construção social do futuro.

Algo visível na América Latina será, por certo, verdadeiro também no caso dos outros continentes. As diferentes vertentes da *pesquisa participante* constituem alternativas tardias de experiências antecedentes de ação social. Elas surgem na esteira de uma proliferação anterior de experiências cujos fundamentos e metodologias não estão situados apenas entre os dilemas epistemológicos das ciências sociais. Eles estão, antes, em novas compreensões de antigos dilemas e na emergência de novos modelos de interação pedagógica e de ação social.

A *pesquisa participante* não cria, mas responde a desafios e incorporar-se em programas que colocam em prática novas alternativas de métodos ativos em educação e, de maneira especial, de educação de jovens e adultos; de dinâmicas de grupos e de reorganização da atividade comunitária em seus processos de organização e desenvolvimento; de formação, participação e mobilização de grupos humanos e classes sociais antes postas à margem de projetos de desenvolvimento socioeconômico, ou recolonizadas ao longo de seus processos.

No âmbito da América Latina e de outras regiões do Terceiro Mundo, a expansão de *movimentos sociais populares* dará às diferentes alternativas de ação social transformadora uma nova e, às vezes, radical conotação. Uma múltipla releitura de teorias e de procedimentos de ação social popular desenhará o rosto da identidade dos *estilos participativos de investigação social*. Entre acontecimentos que vão do âmbito de uma pequena escola rural a processos de mobilização social em escala nacional, na aurora dos anos sessenta, ocorre por toda a parte um florescimento notável de experiências interativas e sociais. Novas propostas onde ideias e projetos contidos em conceitos como “ação” e “participação” são entretecidos com outras palavras, de que: “crítica”, “criatividade”, “mudança”, “desenvolvimento”, “transformação”, “revolução” são bons exemplos.

Em uma esfera crescentemente mundial, a ONU e suas agências especializadas, como a UNESCO, patrocinam e incentivam alternativas de novas alianças e enlaces para a criação de formas renovadoras de ação social, cuja fronteira mais limitada é a de um programa de melhoria setorial de condições comunitárias de saúde, cuja fronteira mais aberta deveria estar situada nos projetos de um



desenvolvimento socioeconômico multissetorial em uma escala regional ou mesmo nacional.

Para realizar projetos de “organização social”, de “mobilização popular”, de “mudança” ou “transformação”, são necessárias novas modalidades de produção sistemática de conhecimentos sobre a “realidade local”. As décadas dos anos cinquenta e sessenta assistem a chegada e a rápida difusão de novos modelos de investigação social. Antigos modelos de ciência social aplicada são recriados e novos modelos são também elaborados e postos em prática. Sobretudo no Terceiro Mundo pesquisadores e promotores sociais de diversas orientações teóricas, ideológicas, metodológicas e técnicas participam de diferentes projetos de investigação da “realidade local” com foco sobre a mensuração de indicadores de “qualidade de vida”.

Um traço comum à direita e à esquerda das inúmeras iniciativas de associação entre pesquisa e ação social situa-se em uma motivação a tornar as investigações em comunidades populares em algo mais do que um instrumento de coleta de dados; em dotar o trabalho científico de pesquisa de dados uma atividade também pedagógica e, de certo modo, também assumidamente política. Sendo mais ativa e mais participativa, a investigação social deveria fazer-se mais sensível a ouvir as vozes dos destinatários pessoais ou coletivos dos programas de ação social. Deveria fazer-se capaz, também, de “dar a voz” e deixar que de fato “falessem” com as suas vozes as mulheres e os homens que, em repetidas investigações anteriores, acabavam reduzidos à norma dos números e ao anonimato do silêncio das tabelas.

Um olhar preso demais ao mundo universitário, e menos sensível ao que estava se passando nas suas margens ou fronteiras, em amplas áreas da Ásia e da Oceania, da África e da América Latina, costuma relativizar demais alguns fatos sociais que foram e seguem sendo, na verdade, os mais importantes e até mesmo decisivos na criação de momentos e de contextos que tornaram inevitável o surgimento da *pesquisa participante*, na mesma medida que, pelo menos, em termos da América Latina, deram a ela os traços mais essenciais de sua identidade.

Este é o momento de lembrarmos que, em pouco mais de meio século, o Terceiro Mundo gera e expande propostas e práticas de mobilização popular que irão configurar os contextos dos diferentes modelos de conhecimento e de ação social, de que as diversas modalidades da *pesquisa participante* serão uma resposta em meio a outras tantas. Mesmo que nos afastemos por um momento no tempo e no espaço,



parece-nos ser justo começarmos por recordar que, entre os anos 20 e 40, Gandhi e os seus seguidores inovam e recriam preceitos e práticas de uma forma de resistência à colonização a que darão o nome de *ação não violenta*. O potencial de mobilização ativa e participativa dessa estratégia de descolonização da África do Sul e, depois, da Índia, inaugura um procedimento social de resistência política cujo poder de transformação de pessoas, grupos humanos e nações, merece, a nosso ver, uma lembrança bem maior do que as inocentes e formais propostas de Kurt Lewin e outras de teor semelhante.

Em uma outra direção, entre os anos 60 e 70, diversos grupos étnicos e populares de libertação política recriam diferentes estratégias de guerra de guerrilhas, como uma outra resposta à colonização europeia. Experiências de ação política descolonizadora deste tipo, realizam o oposto dos sonhos de Gandhi. Mas elas resultam em libertação política, e não devemos esquecer que, em seu bojo, pela primeira vez, a África elabora e exporta à Europa uma *sociologia da descolonização*, cuja influência no pensamento social da Europa não será pequena.

Ao longo deste mesmo tempo, e um pouco mais tarde, também a América Latina cria, consolida e difunde por todo o continente e, depois, em direção ao Norte e a Leste, as primeiras ideias e propostas de ações sociais de vocação emancipatória que fundamentam e instrumentalizam a *educação popular*, a *teologia da libertação*, os *movimentos sociais populares* e, mais adiante, a *pesquisa participante*.

Ao nos perguntarmos sobre os reais contextos de origem da *pesquisa participante* no Terceiro Mundo e, de maneira especial, na América Latina, poderíamos deixar em segundo plano por um momento as questões epistemológicas de cientistas da Europa e dos Estados Unidos da América do Norte. Deveríamos evocar, então, a realidade social concreta de experiências como: a *ação não-violenta*, a *resistência étnica e popular à colonização*, os *movimentos populares*, a *educação popular* e a *teologia da libertação*, pois é na esteira do pensamento e da ação de pessoas como o Mahatma Gandhi, Franz Fanon, Paulo Freire, Camilo Torres, Gustavo Gutierrez, João Bosco Pinto, Leonardo Boff e Orlando Fals Borda, que, em pelo menos três continentes, o Terceiro Mundo difunde algumas práticas de *participação popular* como formas originais e contestatórias, diante das diferentes propostas de desenvolvimento social agenciadas desde a Europa e os Estados



Unidos da América do Norte, vistas, no mais das vezes, como novas versões de antigas práticas sociais de vocação neo-colonizadora.

Alguns estudiosos da história cultural da América Latina lembram mesmo que, entre os anos 60 e 80, pela primeira vez, pensadores e ativistas sociais situados entre a Argentina e o México, exportam para o outro lado do Rio Grande e do Atlântico teorias e metodologias de ações fundadoras dos *movimentos populares*, da *educação popular*, da *teologia da libertação* e da tradição latino-americana da *pesquisa participante*.

Assim, a *pesquisa participante* surge no bojo destes acontecimentos e quase sempre à margem das universidades e de seu universo científico, embora parte de seus principais teóricos e praticantes provenha delas e nelas trabalhem. Apenas alguns anos mais tarde, e com resistências, algumas teorias e práticas da *pesquisa participante* ingressam no mundo universitário latino-americano e, de modo geral, mais pelo trabalho de estudantes e raros professores também ativistas de causas sociais, do que pelo de docentes e pesquisadores de carreira.

Na maioria dos casos, as diferentes experiências latino-americanas de *pesquisa participante* surgem dentro dos movimentos sociais populares, ou emergem com uma proposta de se colocarem a serviço de seus projetos emancipatórios. Em vários momentos, dos anos 70 até agora, a *pesquisa participante* se difunde no âmbito e como um instrumento de ação nos trabalhos de *educação popular*. Seus autores dos primeiros tempos foram, e muitos deles seguem sendo, o que até hoje denominamos de militantes da *educação popular*. De algum modo nunca houve na América Latina um “movimento de pesquisa participante”, pois entre Orlando Fals Borda e Paulo Freire os seus instauradores e seguidores se reconheciam como agentes, assessores ou participantes diretos, entre educadores e cientistas sociais, de movimentos populares. Eles se reconhecem atuando através de uma prática disseminada entre os anos 60 e 70 por toda a América Latina, e que tomou de modo mais geral mais tarde este nome: *educação popular*.

Ontem como agora, vários deles foram e seguem sendo ativistas sociais de orientação marxista, ou militantes cristãos inseridos em *comunidades eclesiais de base* e difusores da *teologia da libertação*. No caso brasileiro, a *pesquisa participante* está associada, de forma indireta aos processos de ação política e pedagógica que deram origem ao *Partido dos Trabalhadores (PT)* e ao *Movimento dos Trabalhadores*



Rurais Sem Terra (MST), cuja proximidade constante com a *educação popular* e com as *comunidades eclesiais de base* originadas da *teologia da libertação* é bastante reconhecida.

A pesquisa de origens epistemológicas ou metodológicas da *pesquisa participante* na América Latina logra um olhar mais abrangente e completo, quando leva em conta a emergência das inúmeras unidades sociais e *movimentos populares*, de vocação transformadora e emancipatória, quando eles instauram algumas novas alternativas de investigação empírica e de uma conseqüente outra compreensão científica e ideológica da vida e da realidade social, assim como dos fundamentos e do papel da própria ciência na sociedade.

Assim, a *pesquisa participante* apresenta-se como uma alternativa de “ação participante” em pelo menos duas dimensões. A primeira: agentes sociais populares são considerados mais do que apenas beneficiários passivos dos efeitos diretos e indiretos da pesquisa e da promoção social dela decorrente ou a ela associada. Homens e mulheres de comunidades populares são vistos como sujeitos cuja presença ativa e crítica atribui sentido à *pesquisa participante*. Ou seja, uma pesquisa é “participante” não porque atores sociais populares participam como coadjuvantes dela, mais porque ela se projeta, realiza, desdobra através da participação ativa e crescente de tais atores.

Segunda: em outra direção, a própria investigação social deve estar integrada em trajetórias de organização popular e, assim, ela deve participar de amplos processos de ação social de uma crescente e irreversível vocação popular. Uma articulação de ações de que a *pesquisa participante* é um entre outros instrumentos. Um instrumento científico, político e pedagógico de produção partilhada de conhecimento social e, também, um múltiplo e importante momento da própria ação popular. Tal alternativa de investigação social é “participante” porque ela própria se inscreve no fluxo das ações sociais populares. Estamos em uma estrada de mão dupla: de um lado a *participação* popular no processo da investigação; de outro, a *participação* da pesquisa no correr das ações populares.

Trata-se de uma participação tomada em um duplo sentido, pois sempre se entendeu que, como um meio de realização da *educação popular*, a pesquisa participa da ação social também como uma prática pessoal e coletiva de valor pedagógico, na medida em que sempre algo novo e essencial se aprende através de experiências



práticas de diálogo e de reciprocidade na construção do conhecimento. É também uma forma de educação com um valor político, entre a esfera de um pequeno grupo até a de uma comunidade, uma esfera de trabalho popular ou mesmo toda uma nação, espera-se que sempre alguma coisa se transforme em termos de humanização das estruturas e dos processos de gestão da vida social.

Assim, a pesquisa é “participante” não apenas porque uma proporção crescente de sujeitos populares participa de seu processo. A pesquisa é “participante” porque, como uma alternativa solidária de criação de conhecimento social, ela se inscreve e participa de processos relevantes de uma ação social transformadora de vocação popular e emancipatória.

Este será o caminho pelo qual deveremos levar em conta que, de uma maneira possivelmente mais motivada do que na Europa e nos EUA, a *pesquisa participante* não costumava ser pensada como uma experiência de ação social com um valor em si mesma, ou como uma atuação agenciada com um teor apenas instrumental e dirigido a resolver algum “problema comunitário”. Em seus tempos de origem na tradição latino-americana, a *pesquisa participante* raramente era compreendida como algo limitado a realizar alguma melhoria setorial das condições locais ou regionais de comunidades populares. Em quase todas as suas formas mais difundidas, ela foi e, em boa medida, segue sendo pensada como um instrumento de trabalho a serviço de práticas populares de valor político e de uma múltipla e variada vocação transformadora.

Não se pretende melhorar ou desenvolver alguns aspectos precários da vida social. Pretende-se criar alternativas populares de transformação das estruturas sociais que tornam tal “vida” exigente de ser sempre “melhorada”. Este fundamento teórico e político nem sempre se realizava na prática, pois, em repetidas ocasiões, experiências práticas acabavam reduzindo-se a uma só vez, incidiam sobre aspectos parcelares da vida social popular e não logravam participar de um complexo de ações sociais. Na verdade, nem sempre é possível falarmos de princípios fundadores e de propostas de ação *pesquisa participante* na sua tradição latino-americana, tomando-a como se houvesse nela uma unidade de ideias, proposta e métodos que de fato não existiu antes e, menos ainda, não existe ainda hoje.

2. A variação do nome e algumas diferenças de práticas



Até hoje na América Latina convivem teorias, propostas metodológicas e experiências práticas de *pesquisa participante* herdeiras de uma das várias tendências de plena ou parcial origem latino-americana, ao lado das que nos chegaram vinda junto com programas de educação, de promoção social e/ou de desenvolvimento de comunidades, trazidos no bojo das tradições de investigação e ação social norte-americanas ou europeias. Essa convergência de abordagens, diversas em seus nomes e também nos seus fundamentos e nas suas destinações, é o que torna difícil e, ao mesmo tempo, fascinante a tarefa de buscar um consenso para estabelecer o que venha a ser entre nós a *pesquisa participante*. Sobre esta questão Marcela Gajardo, uma educadora chilena, escreveu o seguinte em um livro bastante divulgado no Brasil dos anos 80, *Pesquisa Participante na América Latina*.

Contrariamente ao que acontece em outros continentes, na América Latina não existe uma definição única de experiências representativas de um estilo participante de pesquisa. Existem, isso sim, tradições de pensamento e práticas diversas que conferem alcance e significados diferentes a esse tipo de atividade. (GAJARDO, 1986, p.10).

De então para cá, quase vinte anos depois, esta diversidade original tendeu a aumentar mais ainda, embora os termos utilizados para qualificar os diferentes estilos participativos de pesquisa sejam os mesmos dos anos 60 a 80. Desde os tempos próximos, ao surgimento de experiências de novos estilos participativos de investigação social nas três Américas, na Europa e em algumas regiões da África, da Ásia e da Oceania, estivemos e seguimos estando às voltas com uma pequena pluralidade de títulos e de enfoques. Este fato teria uma importância pequena, se eles fossem somente escolhas diferentes para uma mesma ideia e para uma mesma modalidade de trabalho científico de cunho aplicado.

No entanto, onde a tradição europeia uniformizou os seus termos, a tradição latino-americana multiplicou nomes. Assim, palavras como: *levantamento vocabular*, *pesquisa temática*, *pesquisa ativa*, *autodiagnóstico*, *pesquisa na ação*, *pesquisa-ação*, *pesquisa participante*, *investigação ação participativa*, *pesquisa popular*, *pesquisa militante* traduziam no passado e traduzem ainda hoje opções ora diferentes e convergentes, ora desiguais ou mesmo divergentes. Esta pluralidade de nomes revela uma polissemia de novos ou renovados fundamentos ou fragmentos (não raro, mais



fragmentos do que fundamentos) de uma epistemologia crítica diante do modelo que, de uma maneira bem geral,   cunhada como “neo-positivista”.

 s voltas com uma sequência diferentes de nomes, Maria Ozanira da Silva e Silva esclarece da seguinte maneira os seus leitores, na introdu o de seu livro *Refletindo a pesquisa participante*:

Utilizo, neste trabalho, o termo pesquisa participante como denomina o genérica de estilos participativos de pesquisa considerando a existência de tendências e denomina es diversificadas referentes às propostas e alternativas emergentes, como: pesquisa participante, pesquisa participativa, investiga o-a o, pesquisa a o, investiga o participativa, observa o participante, investiga o militante, auto senso, estudo-a o, pesquisa confronto. (SILVA, 1991, p.13).

Marcela Gajardo (1986, p.18) reconhece três enfoques originais de estilos de pesquisa associadas a uma “concep o conscientizadora da educa o”. Essas seriam as abordagens que reconhecem a *pesquisa participante* como uma alternativa confiável de abertura da investiga o científica   participa o popular, “na cria o e no desenvolvimento de programas de a o social e educacional”. Os três enfoques são: a *pesquisa ativa*, a *pesquisa na a o* e a *pesquisa participante*. A seguir, Marcela Gajardo as desdobra. Uma *pesquisa temática* originária dos trabalhos de alfabetiza o e de educa o concentrados nos *movimentos de cultura popular* no Brasil dos anos 60 as antecede, e ela inaugura a *vertente pedagógica* de que falava a autora algumas linhas atrás. No entanto, nas três modalidades apontadas e nas que delas se desdobram, está sempre presente uma dimensão educacional. Esta voca o pedagógica chegaria ao seu termo na *pesquisa militante*, na qual um compromisso político partidário se estabelece entre os agentes populares e os agentes assessores.

Recordemos que, com Orlando Fals Borda, a proposta da *pesquisa participante* deveria desaguar na progressiva constru o de uma *ciência popular*. Uma nova ciência capaz de pensar-se, de pensar o mundo social e de pensar as transforma es sociais de uma maneira dialética realizada a partir da presença, da posi o e dos interesses das classes populares³.

³ Uma das melhores exposi es t picas dos anos oitenta a este respeito pode ser encontrada em um artigo escrito a várias mãos: causa popular, ciência popular – uma metodologia do conhecimento científico através da a o, de Victo D. Bonilla, Gonzalo Castillo, Orlando Fals Borda e Augusto Libreros. Está em *Repensando a Pesquisa Participante*, organizado por Carlos Rodrigues Brandão em 1981.



Entre as autoras e os autores que em algum momento se ocuparam de tentar classificar estilos de *pesquisa participante*, há diferenças que deixam clara a quase impossibilidade de se estabelecer uma listagem confiável das diversas abordagens e alternativas. Escrevendo sobre o assunto alguns anos após Marcela Gajardo, Maria Ozanira da Silva e Silva (1991, p. 131-134) reconhece as seguintes abordagens: a) a *pesquisa-ação* originada das propostas de Michel Thiollent no Brasil, “cuja característica fundamental é sua vinculação com a resolução de problemas coletivos através da participação conjunta dos pesquisadores com os grupos interessados”; b) a *investigação-ação*, que vai além da proposta anterior por seu propósito de se constituir como um instrumento de partilha popular na produção do conhecimento social, e por seu vínculo com processos mais amplos de transformação social⁴; c) a *pesquisa participante*, como a forma mais tardia, já nos anos 80, e que surge em um contexto continental de governos autoritários, como uma forma de reação ao controle político da vida social e à neocolonização militar e neocapitalista dos espaços da vida social, mormente no caso das classes populares; d) a *pesquisa militante*, em que, como vimos, a própria participação de agentes assessores se inverte, pois nela deixa de haver uma atividade dirigida ainda e em boa medida pelas unidades agenciadas de ação social e passa a haver um forte apelo a uma transferência da gestão dos processos de investigação e intervenção social para as mãos de setores organizados de grupos e de comunidades populares⁵.

Procedendo como a maior parte dos investigadores do assunto, De Shutter & Yoppo consideram todas as denominações aparecidas na América Latina entre os anos 60, desde a *pesquisa temática* (investigação do universo temático) em Paulo Freire, até as propostas de *pesquisa militante*, como estilos de um único modelo emergente: a *pesquisa participante*. Assim, lembrando alguns autores mais conhecidos em cada alternativa, eles as relacionam da seguinte maneira:

⁴ No entanto, em Gabarrón e Landa (1994, p.18), esta modalidade aparece como uma inovação dos anos 80, em nada diversa da pesquisa participante do item seguinte, na classificação de Silva (1991). Vejamos: No início da década dos oitenta a tendência emergente, de rápida generalização, é a modalidade investigación participante (IP); ou ainda Participatory Research em Toronto (Canadá) e pesquisa participante no Brasil.

⁵ Maria Ozanira cita ainda uma quinta modalidade, a observação participante que, no entanto, não aparece em outros autores, a não ser em Nicanor Palhares Sá, de quem ela toma emprestada a expressão, mais corriqueira na Antropologia Social e difundida, anos mais tarde, através da difusão acelerada das abordagens qualitativas nas universidades da América Latina.



Não deve causar surpresa que a pesquisa participante tenda mais a uma diversifica o de procedimentos e técnicas, do que a um só modelo doutrinário. Poderíamos mencionar algumas alternativas: a investiga o-a o (Fals Borda, Moser, Huizer⁶); a investiga o militante (Acosta, Brise o, Lenz, Molano); o auto-diagnóstico (Sotelo); a enquete-participante (Le Boterf); a enquete conscientizante (De Oliveira); o Seminário Operacional (De Clerck); o laboratório experimental (Santos de Morais); o taller experimental. (DE SCHUTTER & YOPO, 1983, p.67-68).⁷

Em estudos mais abrangentes sobre as origens da *pesquisa participante* entre nós, o que vemos   um apagamento de uma antiga teia de iniciativas de *trabalho popular*, como experiências que geraram na América Latina os diferentes estilos de *pesquisa participante*. Diferentes e plurais sem d vida, mas, de algum modo, convergentes em se proporem como um instrumento de conhecimento e de compreensão crítica de eixos e esferas da realidade social da vida cotidiana. Entre aqueles que escreveram a respeito destas várias tendências, há geralmente o reconhecimento de que a *pesquisa participante* deve ser encarada como um instrumento de trabalho não menos confiável e rigoroso do que a pesquisa acadêmica, por se propor como uma atividade mais coletiva, mais participativa e mesmo mais popular. Um instrumento de conhecimento sistemático da vida social   menos científico por pretender realizar no interior das experiências prática das “causas populares”, algumas novas integra es e intera es entre esferas de competência científica, pedagógica,  tica e política. E   a própria maneira como um destes vetores da a o social vem a ser mais ou menos enfatizado, em cada caso concreto, aquilo que estabelece diferenças importantes entre os vários estilos participativos de investiga o social.

⁶ No entanto, em um artigo publicado no México em 1983, o estudo deixa de fora a Michel Thiollent, reconhecido por muitos, sobretudo no Brasil, como criador de um estilo próprio e bastante conhecido de *pesquisa-a o*. Seu livro *Metodologia da pesquisa-a o*, publicado também nos anos oitenta, conheceu em 2002 a sua 11^a edi o no Brasil. Na introdu o da edi o original, Michel Thiollent antecipa a discussão em torno ao significado dos nomes e ao valor das alternativas, desta maneira: um dos aspectos sobre os quais não há unanimidade   o da própria denomina o da proposta metodológica. As expressões “pesquisa participante” e “pesquisa-a o” são, frequentemente, dadas como sin nimas. A nosso ver, não o são, porque a pesquisa-a o, além da participa o, supõe uma forma de a o planejada de caráter social, educacional, técnico ou outro, que nem sempre se encontra em propostas de pesquisa participante. Seja como for, consideramos que pesquisa-a o e pesquisa participante procedem de uma mesma busca de alternativas ao padrão da pesquisa convencional. Ver: THIOULENT. *Metodologia da pesquisa-a o*, 2002, p.7.

⁷ Devemos chamar a aten o para um pequeno aspecto aparentemente semântico, mas importante, no caso. Entre as duas línguas, usa-se em português a palavra. “pesquisa”; em espanhol se d  preferência ao termo: “investiga o”. Até hoje esta tem sido a fonte de algumas indesejadas confusões.



3. Princípios, propostas e práticas da pesquisa participante

Recordemos alguns fatos. Qualquer que seja o nome originalmente dado às diversas propostas de alternativas participativas na investigação social, há, como vimos brevemente antes, alguns sinais convergentes na América Latina:

- As diferentes propostas e experiências surgem mais ou menos ao mesmo tempo, entre as décadas dos anos 60 e 80 em poucos lugares do Continente, mas em pouco tempo elas se difundem por toda a parte.
- Elas se originam dentro de diferentes unidades de ação social que atuam de preferencialmente junto a grupos ou comunidades populares;
- Em sua maioria elas serão postas em prática dentro de *movimentos sociais populares* emergentes, ou se reconhecem estando a serviço de tais *movimentos*.
- Elas herdam e reelaboram diferentes fundamentos teóricos e diversos estilos de construção de modelos de conhecimento social através da pesquisa científica. Não existe na realidade um modelo único ou uma metodologia científica própria a todas as abordagens da *pesquisa participante*.
- Reconhecendo-se como alternativas de projetos de enlace e mútuo compromisso de ações sociais de vocação popular, envolvendo sempre pessoas e agências sociais “eruditas” (como um sociólogo, um educador de carreira ou uma ONG de direitos humanos) e “populares” (como um indígena tarasco, um operário sindicalizado argentino, um camponês semialfabetizado do Centro-Oeste do Brasil, ou o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) elas partem de diferentes possibilidades de relacionamentos entre os dois polos de atores sociais envolvidos, interativos e participantes.
- As *pesquisas participantes* atribuem aos agentes-populares diferentes posições na gestão de esferas de poder ao longo no processo da pesquisa, assim como na gestão dos processos de ação social dentro da qual a *pesquisa participante* tende a ser concebida como um instrumento, um método de ação científica, ou um momento de um trabalho popular de dimensão pedagógica e política, quase sempre mais amplo e de maior continuidade do que a própria pesquisa.
- Via de regra, as diferentes alternativas da *pesquisa participante* surgem em intervalos entre a contribuição teórica e metodológica vinda da Europa e dos Estados Unidos da América do Norte, e a criação ou recriação original de



sistemas africanos, asiáticos e latino-americanos de pensamentos e de práticas sociais. Não é raro que uma abordagem que se auto-identifica como “dialética” empregue na prática procedimentos formais e quantitativos próprios a abordagens metodológicas de cunho neopositivista.

Após esta listagem de pontos mais ou menos comuns, seria proveitoso fazermos aqui uma síntese de princípios operativos que foram mais ou menos comuns e que fundamentaram, como variações, as experiências originais da *pesquisa participante* em praticamente toda a América Latina. Mesmo que eles possam parecer hoje radicais e, por isso mesmo, ultrapassados, devemos levar em conta a sua relativa atualidade, sobretudo nas experiências que preservam vínculos entre a *pesquisa participante* e os *movimentos sociais*. Permitimo-nos seguir os passos do livro de Gabarron e Landa⁸, já mencionados aqui. Lembramos que tal listagem de princípios fundadores vale com maior fidelidade para as ideias e as propostas de *pesquisa participante* que defendiam ou seguem defendendo uma aliança direta de serviço para com as classes e os movimentos populares. É mais do que evidente que estes princípios da ação social através da investigação social não correspondem a todas as alternativas dos tempos de origem e, com mais razões, às suas herdeiras atuais. Ampliamos a forma como, no original, cada um dos princípios é apresentado, buscando tornar mais atuais as palavras do texto em que estamos nos baseando. Logo a seguir, comentamos alguns deles, em conjunto.

- O ponto de origem da *pesquisa participante* deve estar situado em uma perspectiva da realidade social, tomada como uma totalidade em sua estrutura e em sua dinâmica.
- Deve-se partir da realidade concreta da vida cotidiana dos próprios participantes individuais e coletivos do processo, em suas diferentes dimensões e interações.
- Os processos e as estruturas, as organizações e os diferentes sujeitos sociais devem ser contextualizados em sua dimensão histórica, pois é o fluxo e a integração orgânica dos acontecimentos de tal dimensão, aquilo que em boa medida explica uma realidade social.

⁸ Sigo, alterando em alguns casos a ordem original, as ideias de Gabarrón e Landa, em *Investigación participativa* (1994, p. 28-44). Raras vezes encontrei uma síntese tão oportuna como esta e em sua íntegra e com os comentários dos autores.



- A relação tradicional de sujeito-objeto entre investigador-educador e os grupos populares deve ser progressivamente convertida em uma relação do tipo sujeito-sujeito, a partir do suposto de que todas as pessoas e todas as culturas são fontes originais de saber e que é da interação entre os diferentes conhecimentos que uma forma partilhável de compreensão da realidade social pode ser construída através do exercício da pesquisa. O conhecimento científico e o popular articulam-se criticamente em um terceiro conhecimento novo e transformador.
- Deve-se partir sempre da busca de unidade entre a teoria e a prática, e construir e reconstruir a teoria a partir de uma sequência de práticas refletidas criticamente. A pesquisa participante deve ser pensada como um momento dinâmico de um processo de ação social popular. Ela se insere no fluxo desta ação e deve ser exercida como algo integrado e, também, dinâmico. As questões e os desafios surgidos ao longo de ações sociais definem a necessidade e o estilo de procedimentos de *pesquisa participante*. O processo e os resultados de uma pesquisa interferem nas práticas sociais e, de novo, o seu curso levanta a necessidade e o momento da realização de novas investigações participativas.
- A participação popular deve se dar, preferencialmente, através de todo o processo de investigação-educação-ação. De uma maneira crescente, de uma para outra experiência, as equipes responsáveis pela realização de pesquisas participativas devem incorporar e integrar agentes assessores e agentes populares. O ideal será que, em momentos posteriores, exista uma participação culturalmente diferenciada, mas social e politicamente equivalente e igualada, mesmo que entre pessoas e grupos provenientes de tradições diferentes quanto aos conteúdos e aos processos de criação social de conhecimentos.
- O compromisso político e ideológico do/da investigador/a é com o setores populares e com as suas causas sociais. Mesmo em uma investigação ligada a um trabalho setorial e provisório, o propósito de uma ação social de vocação popular é a autonomia de seus sujeitos na gestão do conhecimento e das ações sociais dele derivadas. É, também, a progressiva integração de dimensões de conhecimento parcelar da vida social, em planos mais dialeticamente interligados e interdependentes.



- Deve-se reconhecer o caráter político e ideológico da atividade científica e pedagógica. A *pesquisa participante* deve ser praticada como um ato político claro e assumido. Não existe neutralidade científica em pesquisa alguma e, menos ainda, em investigações vinculadas a projetos de ação social. No entanto, realizar um trabalho de partilha na produção social de conhecimentos não corresponde, em princípio, a pré-ideologizar partidariamente os pressupostos da investigação e a aplicação de seus resultados. Na maior parte dos casos, a pesquisa participante é um momento de trabalhos de educação popular, realizados junto com e a serviço de comunidades, grupos e movimentos populares. É do constante diálogo não doutrinário de parte a parte, que um consenso sempre dinâmico e modificável deve ir sendo também construído.
- A investigação, a educação e a ação social convertem-se em momentos metodológicos de um único processo dirigido à transformação social. Mesmo quando a pesquisa sirva a uma ação social local e limitada a uma questão específica da vida social, é o seu todo o que está em questão. E é a possibilidade de transformação de saberes, de sensibilidades e de motivações populares em nome da transformação da sociedade desigual, excludente e regida por princípios e valores do mercado de bens e de capitais, em nome da humanização da vida social, que os conhecimentos de uma pesquisa participante devem ser produzidos, lidos e integrados como uma forma alternativa emancipatória de saber popular.

No que as aproxima, as alternativas de *pesquisa participante* da tradição latino-americana, sonharam inovar, no todo ou em parte, as abordagens conhecidas e de há muito praticadas como ações sociais com base em conhecimentos científicos, através do aporte de novas alternativas de trabalho junto a grupos e a comunidades populares. Seus ganhos teóricos e ideológicos possivelmente foram e seguem sendo maiores do que as suas realizações práticas. Estas novas abordagens motivavam-se a ser algo mais do que outras metodologias de acumulação e de aplicação de conhecimentos oriundos de investigações sociais voltadas a processos de promoção e/ou desenvolvimento social.

Elas pretendiam recriar os termos da crítica política às conexões costumeiras entre o conhecimento produzido através de pesquisas científicas, e as ações sociais



delas derivadas. Elas aspiravam à novidade da transformação de ações sociais de vocação popular a partir de uma elaboração sistemática de conhecimentos pela via de pesquisas sociais motivadamente postas a serviço de experiências coparticipadas de criação solidária de saberes, a partir do enlace entre profissionais e/ou militantes agenciados e as pessoas, grupos e comunidades populares.

Este é também o duplo sentido da ideia de totalidade nas propostas originais latino-americanas. Ela é algo anterior e pouco tem a ver com as totalizações complexas e holísticas dos paradigmas emergentes, entre Edgar Morin e Boaventura de Souza Santos. Sua fonte é marxista e, em vários documentos, ela aparece como uma “abordagem dialética⁹”.

A ideia de uma compreensão totalizante da realidade social tem a ver com a integração de todos os conhecimentos parcelares em estruturas dinâmicas e integradas de fatores e de processos sociais, de tal modo que qualquer que seja o “foco do conhecimento” no ponto de origem (uma pesquisa relativa a condições locais de saúde, por exemplo), a pesquisa deverá envolver, sempre que possível, as interações entre os diferentes planos e domínios de estruturas e processos inter-determinantes da sociedade. Assim, uma atenção especial deve ser sempre dada à dinâmica das relações e dos processos envolvidos na investigação, pois uma dimensão histórica está sempre e inevitavelmente presente.

Esse uma dinâmica da história é importante na reconstrução do passado próximo, ela o é, mais ainda, no olhar entre o presente e o futuro, pois, aqui, não se trata de conhecer para “promover” ou para “desenvolver” algo, mas para transformar o todo em que este “algo” existe como está e, assim, deve ser transformado junto com o todo social de que é parte. Na *pesquisa participante* sempre importa conhecer para formar pessoas populares motivadas a transformarem os cenários sociais de suas próprias vidas e destinos e, não apenas, para resolverem alguns problemas locais restritos e isolados, ainda que o propósito mais imediato da ação social associada à

⁹ Um dos autores mais originais nesta direção é Oscar Jara. Um de seus últimos trabalhos aborda a sistematização de experiências participativas na educação popular. A leitura de trabalhos sobre a sistematização de ações sociais populares resulta muito oportuna porque ela representa, a seu modo, uma atualização para os anos 80, 90 e seguintes, das propostas originais de estilos participativo na América Latina. Entre os livros anteriores, ver: *Conocer la realidad para transformar* (1991); *Investigación participativa – una dimensión integrante de la educación popular* (1990). Em português pode ser lido o seu livro *Para sistematizar experiências* (1996).



pesquisa participante seja local e específico. A ideia de que somente se conhece o que se transforma é inúmeras vezes evocada até hoje.

A este princípio de totalização associa-se a ideia de que, como integrantes de momentos da *educação popular* e de toda a desejada dinâmica dos *movimentos populares*, a *pesquisa participante* integra quatro propósitos já nossos conhecidos e que vale reunir aqui:

- a) ela responde de maneira direta à finalidade prática a que se destina, como um meio de conhecimento de questões sociais a serem participativamente trabalhadas;
- b) ela é um instrumento dialógico de aprendizado partilhado e, portanto, como vimos já, possui organicamente uma vocação educativa e, como tal, politicamente formadora;
- c) ela participa de processos mais amplos e contínuos de construção progressiva de um saber popular e, no limite, poderia ser um meio a mais na criação de uma ciência popular;
- d) ela partilha, com a *educação popular*, de toda uma ampla e complexa trajetória de empoderamento dos *movimentos populares* e de seus integrantes.

Em suas modalidades mais abrangentes e integradas, a *pesquisa participante* contempla pelo menos esses quatro objetivos e, entre aproximações e diferenças, eles se distribuem pelos princípios antes enunciados. Restringir-se ao primeiro objetivo equivale a dar à ideia de “participação” um caráter ainda colonizado, correspondente às alternativas em que sujeitos das comunidade são convidados a participarem de frações da pesquisa, sem acesso algum ao todo do processo, e sem qualquer papel significativo na gestão dos encaminhamentos efetivos de uma ação social junto a grupos e classes populares.

Restringir-se aos dois primeiros objetivos equivale a um ganho importante, pois o trabalho de produção de conhecimento deixa de ser apenas funcional e utilitário, passando a ser também educativo. Ele se torna formador de pessoas aptas a uma integração mais consequente e corresponsável na vida social. Mas significa ainda um apenas meio caminho, pois não se compromete como o essencial: o propósito de uma progressiva descolonização e um contínuo empoderamento popular. O propósito de



uma crescente partilha popular na gestão de suas vidas e seus destinos, ao lado da possibilidade de uma transformação social emancipatória a partir das escolhas e dos horizontes populares.

É provável que, entre a Europa e os Estados Unidos da América do Norte, na maior parte das vezes, a *pesquisa participante* surgisse como um instrumento oportuno à criação de novas formas de conhecimento científico da vida social. Um meio oportuno de requalificação dos relacionamentos entre os diferentes tipos de atores interativos em projetos de ação social, levados a efeito em nome da melhoria de indicadores da qualidade de vida, ou de desenvolvimentos comunitários ou regionais.

Na América Latina, as propostas originais de *pesquisa participante* sonhavam ir até um pouco além. Sonhavam chegar pelo menos até nas fronteiras de uma possível construção social de outras alternativas ideológicas e políticas da gestão do saber; da criação uma nova “ciência popular” ou, quem sabe? Da reeducação das próprias ciências e de seus cientistas, a partir da escolha de uma vocação democraticamente estendida às classes populares na partilha do saber. Na participação, também, nos processos de transformação das sociedades regidas pelos princípios do capitalismo, em direção a sociedades voltadas à realização de alguma das variantes de novas expressões sociais do socialismo. Este horizonte transformador e emancipatório esteve sempre presente entre nós, pelo menos nas modalidades mais difundidas e persistentes entre as que se reconhecem herdeiras de Paulo Freire ou de Orlando Fals Borda.

Hoje em dia, há uma variedade de horizontes e de experiências bastante ampliada. A *pesquisa participante* invadiu e ocupou em vários cenários latino-americanos contextos de teoria e prática que lhes eram interditos ou abertos com restrições, antes. Não é raro que programas governamentais se apresentem sob o consenso da “participação popular” e em vários casos isto envolve também atividades de pesquisa de âmbito comunitário ou ampliado. Assim, também um número crescente de estudos acadêmicos, realizados em programas universitários de graduação e de pós-graduação, apresentam como os seus “procedimentos metodológicos” algumas das variantes reconhecidas da *pesquisa participante*. Autores evitados nos cursos oficiais de métodos e técnicas de pesquisa nas ciências sociais, na pedagogia e em programas delas derivados, surgem agora em um número



sempre crescente em trabalhos acadêmicos em qualquer um de seus níveis. Programas, por exemplo, de educação e de gestão ambiental raramente deixam de reivindicar uma abordagem participativa, e investigações “com participação da comunidade” são bem mais a norma do que a exceção.

Não existe uma tendência dominante em qualquer campo e em qualquer esfera de prática da *pesquisa participante*. Mesmo nas experiências realizadas junto a e a serviço dos movimentos populares, o que se vê são diferentes alternativas de fundamentação teórica, de procedimentos metodológicos, de leituras de dados e de textos de pesquisa e, finalmente, de aplicações práticas de seus resultados. Dentro e fora do âmbito universitário, do âmbito do poder governamental e, principalmente, do âmbito de organizações não governamentais e de movimentos populares, os encontros e simpósios para o intercâmbio de ideias e a troca de experiência tendem a ser regidos mais pelo diálogo entre diferenças do que por qualquer interesse na criação de formas unitárias ou dominantes.

4. O esquecimento do outro

Mesmo publicando o seu *Pesquisa participante na América latina*, em 1986, Marcela Gajardo é uma das autoras mais “sem-fronteiras”. Dentre os títulos citados ali, dois estão em francês (Suíça e Canadá) e dois em inglês, sendo um deles escrito por Paulo Freire. Outros autores de origem europeia ou norte-americana citados pertencem, na verdade, à tradição latino-americana, ou estão em constante contato com ela, como o canadense Budd Hall.

Há um número bastante maior de citações bibliográficas em *Refletindo a Pesquisa participante*, da brasileira Maria Ozanira da Silva e Silva, publicado em 1991. Dentre as suas cento e sete citações, apenas uma em inglês e outra em francês. Outros autores da Índia, da Europa ou da América do Norte comparecem com textos em espanhol ou em português, apresentados em Simpósios e Congressos latino-americanos. Vários outros pertencem, como Anthon de Schuter, Michel Thiollent, Tom de Wit, Vera Gianotten ou Nelly Stromquist, à tradição latino-americana, sendo que alguns deles vivem em algum país da América Latina, ou trabalharam em algum deles por vários ou longos anos.

Entre as quase cem citações bibliográficas contidas em *Investigación Participativa*, de Gabarron & Landa, publicado no México, em 1994, existem apenas



cinco textos de autores europeus, todos eles em espanhol. Nenhum livro ou artigo do que se poderia considerar como uma referência às tradições europeia ou norte-americana comparece. E o mesmo acontece em *Para sistematizar experiências*, de Oscar Jara, publicado no Brasil em 1996.

Do outro lado do oceano Atlântico, a bibliografia dos doze artigos de *Participatory Research and Evaluation - experiences in research as a process of liberation*, coordenado por Walter Fernandes e Rajesh Tandon, e publicado em Nova Delhi, em 1981, é reunida ao final do livro e consta de cinquenta e um títulos. Todos eles estão em inglês, inclusive os de Paulo Freire e Orlando Fals Borda. Embora seja a publicação de um também país de Terceiro Mundo, e o seu subtítulo junto com a abordagem da maioria dos autores, sugira a convergência com um ponto de vista bastante familiar à tradição latino-americana, um diálogo entre ela e a Índia parece realizado ainda apenas em uma pequena parte. À exceção de Orlando Fals Borda e Paulo Freire, somente Francisco Vio Grossi aparece representando a tradição latino-americana, entre todos os artigos do livro.

Um livro de René Barbier, *A pesquisa-ação*, foi traduzido para o português e publicado no Brasil no ano de 2002. Sabemos que Michel Thiollent, um dos principais teóricos e praticantes da *pesquisa ação* na América Latina é um franco-falante. No entanto, em momento algum o seu nome é citado, mesmo quando René Barbier reconstrói, no primeiro capítulo do livro, a história da pesquisa-ação.

Ele divide esta história em dois momentos: um período de emergência e consolidação, entre os anos que precedem a Segunda Grande Guerra e os anos 60, com um franco predomínio norte-americano. Um segundo período “de radicalização política e existencial” com uma dominância canadense e europeia, vindo do final dos anos 60 aos nossos dias. Ao mencionar os países em que esta alternativa de investigação social se dissemina, o autor lembra a Alemanha, o Japão e a França. Mas “é no Canadá, na Inglaterra e na França, partir dos anos 70, que se acentua a tendência mais radical” (BARBIER, 2002, p.31).

Na América Latina, a sociologia radical uniu-se ao militantismo revolucionário com Camilo Torrès, Luis Costa Pinto, Florestan Fernandes, Orlando Fals Borda, e, do mesmo modo, com a “pedagogia dos oprimidos de Paulo Freire, em Educação Popular. (BARBIER, 2002, p. 51-58).



A contribuição da tradição latino-americana estará praticamente esquecida desta página em diante. Dos sessenta e sete livros e artigos relacionados na bibliografia, não há referências sequer aos autores latino-americanos, e apenas Nelly Stromquist, com um artigo em francês, recorda a presença da tradição latino-americana.

De um lado e do outro do Oceano Atlântico, simplesmente nos ignoramos, ou nos esquecemos de uns dos outros. E este é um procedimento “de confraria” na verdade estranho a teóricos e praticantes da *pesquisa participante*. Eis que praticamos uma alternativa de criação de conhecimentos humanos e sociais na qual o diálogo e o reconhecimento do outro, através daquilo de que ele nos é diferente, ocupam sempre um lugar de destaque em nossas agendas de princípios.

A *pesquisa participante* pretende ser um corajoso salto além da *observação participante*. Nesta e em boa parte das abordagens qualitativas na pesquisa social, eu descobro que sou confiável. Posso proceder assim porque posso confiar em mim mesmo e, não apenas, nos instrumentos que coloco entre eu e os meus “objetos de pesquisa”. Posso confiar em minha memória, em minhas palavras e nas de outros, meus interlocutores. Posso confiar neles “para mim”. Para efeitos dos processos e produtos de um trabalho científico que eu controlo, interpreto e uso em meu favor. Na *pesquisa participante*, parto de um duplo reconhecimento de confiança no meu “outro”, naquele que procuro transformar de “objeto de minha pesquisa” em “co-sujeito de nossa investigação”. Devo confiar nele, tal como na *observação participante*, na qualidade de meu interlocutor, aquele que no dizer de si-mesmo, desenha para mim os cenários de vida e destino que pretendo conhecer e interpretar. Mas devo ir além, pois devo criar com ele e em seu nome (bem mais do que no meu próprio) um contexto de trabalho ao ser partilhado em pleno sentido, como processo de construção do saber e como produto de saber conhecido e posto em prática através de ações sociais de que ele é (ou deveria ser) o protagonista e, eu sou (ou deveria ser) o ator coadjuvante.

O reconhecimento da contribuição do outro, do diferente e a partilha de seus saberes e experiências deveriam ser um ponto de partida da prática da *pesquisa participante*. Mas, da mesma forma como vemos acontecer em outros campos da pesquisa acadêmica, não o são. Também aqui nós nos citamos e aos “nossos” repetidas vezes. Também aqui não apenas criamos tendências e tradições, o que é bastante salutar. Mas acabamos por nos encerrar nelas ou em suas vizinhanças,



como atores de confrarias – o que é, convenhamos, a negação do que propomos em teoria e em outros planos da prática.

Seria viável lembrar que o abismo das línguas ainda é uma barreira poderosa, mesmo entre nós, supostos inovadores de ideias, militantes de direitos e de diálogos e transgressores das fronteiras das tradições conservadoras existentes nas ciências e nas ações sociais. Nós mesmos teremos caído nesta armadilha aqui neste artigo.

Não há de ser esta a razão ou, pelo menos, ela não serve para ser a única e mais importante razão de nossos reiterados esquecimentos do outro. Uma pergunta então paira entre e sobre nós: se nos desconhecemos e fazemos do esquecimento de outros que não nos são próximos o próprio fundamento da construção de nossas ideias e ideais, de nossos diálogos, de nossas teorias, como esperar que sejamos capazes de criar algo que quebre barreiras dentro e fora do mundo das ciências? Algo que ultrapasse de fato as fronteiras que nós mesmos criamos, que recrie, entre os outros de nossos povos e de todos os povos da Terra, alguma coisa que aponte de verdade para um *homem novo*. O criador e o habitante do “outro mundo possível”, como nos acostumamos a bradar pelas ruas de Porto Alegre, da Índia e de outros recantos do Planeta durante os nossos fóruns sociais mundiais?

REFERÊNCIAS

BARBIER, René, **A pesquisa-ação**. Brasília: Editora Plano, 2002.

BONILLA, Victor; Castillo, Gonzalo; Fals Borda, Orlando e Libreros, Augusto, 1999, Causa popular, ciência popular: uma metodologia do conhecimento científico através da ação, In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Editora Brasiliens, 1999.

DE SHUTTER, Anton & YOPO, Boris. Desarrollo y perspectivas de la investigación participativa. In: VERAJANO, Gilberto M. (Org). **La investigación participativa en América Latina**. Pátzcuaro: CREFAL, 1983.

FERNANDEZ, Walter & TANDON, Rajesh. **Participatory research and evaluation**. Nova Delhi: Indian Social Institute, 1981.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.



GABARRON, Luis Rodrigues & LANDA, Libertad Hernández. **Investigación participativa**. Cadernos Metodológicos 10, Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1994.

GAJARDO, Marcela. **Pesquisa Participante na América Latina**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

JARA, Oscar. **Conocer la realidad para transformala**. San José: ALFORJA, 1991.

JARA, Oscar. **Investigación participativa: una dimensión integrante de la educación popular**. San José: ALFORJA, 1990.

JARA, Oscar. **Para sistematizar experiências**. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 1996.

MOSCOVICI, Serge. Society and theory in social psychology. In: ISRAEL, J e TAJFEL, H. **The context of social psychology – a critical assessment**. Nova York: Academic Press, 1972.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Refletindo a pesquisa participante**. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.